

ACTA Nº 43

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17-09-96

Aos dezassete dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu extraordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Engº Vitor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Drª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Engº Eduardo Belmiro Torres do Couto, Sr. João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto e Eduardo Elisio Silva Peralta Feio.

Pelas 9 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pela Vereadora Dra. Maria Natália da Silva Abrantes Vieira da Silva.

APROVAÇÃO DA ACTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as actas nºs 40 e 41.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: - No seguimento das várias deliberações que a Câmara já tomou com referência ao assunto em epigrafe, o Sr. Presidente fez alusão ao Decreto-Lei nº.166/96, publicado no Diário da República I Série nº. 206, de 5 do corrente, que cria o Sistema Multimunicipal do Litoral Centro e que atribui a respectiva concessão à Sociedade ERSUC-Resíduos Sólidos de Coimbra, S.A.. Seguidamente, referiu a necessidade de esta Câmara tomar uma resolução definitiva sobre o assunto. Informou que, quer ele, quer o Sr. Engº Vitor Silva, assistiram a várias reuniões e que se colocam duas questões que são: ou a Câmara de Aveiro adere com o aterro no nosso Município ou adere ao aterro mas noutra Município. A ideia que está concebida é a de que deve ficar no nosso Município, até porque já temos espaço e, inclusivamente, adquirimos área para o seu alargamento, ideia que, da sua parte, não mereceu qualquer relutância e pensa, mesmo, que a

7
própria população aveirense, conhecedora do assunto, já aceita e compreende que em termos de futuro, será bom para Aveiro, ter um aterro bem coordenado e bem tratado. Seguidamente, o Sr. Presidente referiu-se às condições impostas para a aceitação do aterro como por exemplo, o princípio da rotatividade, para um período máximo de 10 anos, e em termos urbanísticos, o estudo ambiental de Taboeira, incluindo o saneamento básico da respectiva Zona Industrial, e, ainda, da Quintã do Loureiro, Quinta do Simão, das Azenhas de Baixo e de Azurva e Eixo e que se colocou, também, a condição do lançamento do IC1 em 1996, o que tem alguma lógica, porque se efectivamente o aterro ali ficar, tem que haver acessos fáceis colocando-se ainda outras condições em termos das restantes acessibilidades como por exemplo, a execução de um Nó no IP5 de ligação ao aterro e um investimento no Eixo Estruturante. Após estas explicações o Sr. Presidente, na medida em que esta Câmara Municipal deliberou já aderir, em princípio, ao Sistema Multimunicipal, solicitou a opinião dos Srs. Vereadores quanto à adesão definitiva ao Sistema e à Empresa a quem foi atribuída a concessão, e, no futuro, aprovar o acordo par-social, aprovar a realização do capital social atribuído ao Município e aprovar a minuta do contrato de concessão à Empresa, o que posteriormente terá que ser submetido à consideração da Assembleia Municipal.

Todos os Membros do Executivo se mostraram receptivos e concordaram com a intervenção do Sr. Presidente, acharam muito pertinentes e legítimas as contrapartidas solicitadas, para além de entenderem que é a altura oportuna para resolver de vez um problema que se arrasta há já bastante tempo, pelo que deram e sua total aceitação à adesão ao sistema e bem assim à Empresa a quem foi atribuída a respectiva exploração.

No uso da palavra, o Sr. Vereador João dos Santos, felicitou o Sr. Presidente e todos os Elementos que trabalharam neste processo, porque ao tomar esta iniciativa a Câmara, no seu entender, dá um exemplo de solidariedade que é difícil de encontrar e se Aveiro quer, realmente, ser centralidade, tem que dar exemplos desta natureza, pois não é só através das obras e das coisas físicas que a cidade se deve impôr. Pensa, por isso, que a atitude da Câmara é didáctica, pois os grandes problemas resolvem-se com atitudes morais e com exemplos de civismo.

O Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto perfilhou das ideias do Sr. Vereador João dos Santos, porém salvaguardou uma questão que o preocupa e que diz respeito ao princípio da rotatividade. Em seu entender, deveria ser definido, à partida, qual o concelho que vai a seguir planear e receber, no final dos 10 anos, o aterro, pensando que era um princípio fundamental, para uma boa administração deste princípio da rotatividade.

O Sr. Eng^o Vitor Silva disse que embora concordasse com a opinião partilhada pelo Sr. Tenente-Coronel, achava que, neste momento, seria contraproducente, pois primeiro o que é importante é pôr o sistema a funcionar e não nos compete a nós estar a levantar este problema que seria o mesmo que criar um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Seguiu-se uma intervenção do Vereador Sr. Eduardo Feio, que começou por reforçar a valia do sistema, uma vez que a situação vai ficar muito melhor em relação àquela que tínhamos, o que acha fundamental e focou outra questão que tem a ver com os factores que podem minimizar os impactos negativos quer deste, quer do outro sistema, pelo que se torna fundamental fazer pressão com vista à resolução do saneamento básico das imediações e das acessibilidades à volta da lixeira, e bem assim a questão da envolvente ao exutor submarino em S. Jacinto, questões que têm que ser postas com força a nível das instâncias Superiores e têm que ser vistas não como contrapartidas mas como condicionantes para o bom funcionamento do sistema e para que a população possa ter uma boa percepção das vantagens e possam ver o ambiente onde vivem a melhorar, o que a seu ver, é um factor psicológico a ter em conta. Sobre a questão do principio da rotatividade disse que já em tempos se pronunciou quanto a isso e sempre defendeu que o local para o aterro subsequente devia ser indicado e continua a defender isso, embora compreenda, também, as preocupações aqui manifestadas. De qualquer forma, é uma questão que é abordada no acordo para-social e que pode, eventualmente, ser reforçada. Abordou ainda a questão da taxa de recolha dos resíduos sólidos urbanos que, neste momento não é paga por ninguém, não sabendo o que vai acontecer em relação a este serviço público, mas acha que é um problema que vai surgir e que a Câmara tem que estar atenta e pensar bem na forma como irá proceder à aplicação da taxa, a qual, a seu ver, deve ser bastante moderadora, pelo que entende que o assunto deve merecer um estudo bem aprofundado, o que mereceu a concordância de todos. A terminar, perguntou, ainda, se o grupo de trabalho que ficou constituído por deliberação municipal se mantém ou se cessa as suas funções, ao que foi sugerido que após concluídas todas as negociações o referido grupo reuna e elabore uma acta conclusiva sobre a matéria, o que mereceu aprovação.

O Vereador Sr. Eng^o Belmiro Couto felicitou também o trabalho desenvolvido para a resolução destas questões que, nesta altura, são de extrema importância para o futuro e, politicamente, acha extremamente correcto que todos se preocupem com o futuro que vão deixar aos nossos filhos. Quanto às questões das contrapartidas, o que o preocupa é a forma como se vão obter essas garantias pois, com as mudanças no Governo, ninguém nos garante que elas vão ser mesmo cumpridas, pelo que era da opinião que antes que a Câmara desse a sua

anuência publicamente, era importante que tudo passasse das palavras ao papel e assinado por um Membro do Governo, através da elaboração de um protocolo. Perguntou também, se estava já elaborado, o respectivo estudo de impacto ambiental.

O Sr. Presidente informou que a questão das contrapartidas ficará devidamente salvaguardada no acordo para-social, que vai ser elaborado com todas as Câmaras, na medida em que do mesmo consta uma cláusula que contempla a situação dos benefícios e informou, também, que existe já o estudo do impacto ambiental.

A Vereadora Dr^a Maria da Luz emitiu também a sua opinião, para dizer que o assunto é deveras importante para ser passado em branco, entendendo que este acontecimento deve ser transmitido à população de uma forma clara convicta e isenta e, nomeadamente, feita a sua divulgação nas escolas e nas famílias, para que as pessoas se apercebam bem da realidade e dos contributos que daí advêm, tudo numa linguagem simples e isenta de qualquer estratégia política.

Seguidamente, o Sr. Vereador Eduardo Feio fez ainda uma referência ao nome da Empresa ERSUC, entendendo que deve ser uma situação a corrigir e sugerindo que em vez de Resíduos Sólidos de Coimbra, S.A., possa ser, por exemplo, Resíduos Sólidos do Litoral Centro, opinião que foi corroborada por todos. Quanto à polémica abordada pela Vereadora Dr^a Maria da Luz referiu que um assunto desta natureza não deverá nunca ter a ver com política partidária.

Também sobre o assunto o Vereador Sr. Dr. Mendonça questionou sobre como se farão as ligações das localidades interiores ao local do aterro, ao que lhe foi informado que o IC1 resolve todos esses problemas.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE AFLUENTES LÍQUIDOS.

- O Sr. Presidente referiu-se, também, à adesão da Câmara Municipal ao Sistema Multimunicipal de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes Líquidos e informou que, no decurso das mesmas reuniões e considerando que existe também a necessidade de a Câmara fazer parte deste sistema, se aproveitou, na altura, a oportunidade para se misturarem os interesses em termos compensatórios e apresentarem um conjunto de contrapartidas, nomeadamente a recuperação da frente Ria de S. Jacinto, de acordo com um estudo que se deixou ao Sr. Secretário de Estado, a construção do Porto de Recreio, de acordo com o estudo aqui aprovado e, se colocou, ainda, a possibilidade de o Ferry-Boat ser pago também por esta via, o que mereceu, da parte do Secretário de Estado do Ambiente,

uma grande abertura, o mesmo parecendo não acontecer da parte do Secretário de Estado dos Recursos Naturais, isto talvez por se tratar de um processo da AMRia. Contudo, da parte da Câmara foi dado a entender que a não serem aceites as nossas condições, não aceitaríamos a colocação do exutor em S. Jacinto. Mais referiu o Sr. Presidente, que a adesão ao Sistema foi já feita através da Associação de Municípios da Ria, tornando-se agora necessário que a Câmara sancione esta adesão e leve o assunto à consideração da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Sr. Vereador Eng^o Vitor Silva prestou também esclarecimentos sobre o assunto, tendo informado que ainda hoje virão a Aveiro elementos do Ministério do Ambiente que lideram este processo, na qual se a Câmara assim o entender, irá ser tomada uma posição dura nesta questão das contrapartidas.

Todos os Membros do Executivo deram a sua inteira concordância às posições tomadas pelo Sr. Presidente, pelo que foi deliberado, por unanimidade, aderir definitivamente ao Sistema em título, com a condição de Superiormente serem aceites as contrapartidas impostas.

PLANEAMENTO URBANÍSTICO - DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS:

- O Sr. Presidente fez uma breve explanação sobre a forma como estão a decorrer os trabalhos relativos à execução dos diversos planos e projectos intermunicipais em curso, após o que deu a palavra à Arquitecta Diamantina, Técnica do DPGP que deu a conhecer aos Srs. Vereadores o ponto da situação de cada um dos vários instrumentos em curso, nomeadamente:

Sobre o *PLANO ESTRATÉGICO*, informou que após a conclusão da fase de diagnóstico e das linhas estratégicas prévias presentes na matriz preliminar do plano, prosseguiram os trabalhos de aprofundamento nos grupos temáticos, correspondentes às linhas estratégicas identificadas, trabalho que teve como objectivo aferir e consolidar e, em alguns casos, reorientar as linhas de estratégias previamente definidas naquela matriz. Entretanto, foi já definido um Projecto de Plano que será apresentado brevemente aos intervenientes no processo e constituirá a base de trabalho do Gabinete de Cidade. Espera-se que este Gabinete, formalmente constituído e responsável pela elaboração de parecer sobre o PEC, funcione igualmente como elemento dinamizador do aprofundamento do seu conteúdo e, igualmente, como catalisador na sua implementação. Mais informou que hoje, pelas 17.30 horas, terá lugar, no Centro Cultural e de Congressos, uma reunião com vista à constituição do referido Gabinete de Cidade, para a qual foram convidadas as seguintes entidades e individualidades, com o objectivo de apresentar sugestões para a boa concretização deste projecto: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Reitor da

Universidade de Aveiro, Presidente da Associação Industrial de Aveiro, Presidente da Associação Comercial de Aveiro, Presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro, Representante da CGTP, Representante da UGT, Representante do Conselho Consultivo do Desporto, Representante do Forum das Associações Culturais de Aveiro, Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro, Região de Turismo Rota da Luz, Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Aveiro, Bispo de Aveiro, Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e Prof. Dr. Rosa Pires e como Convidados/Observadores o Presidente e Líderes Parlamentares da Assembleia Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal, um representante da CCRC e o Governador Civil. Sobre este plano, o Vereador Sr. Eduardo Feio questionou qual a estratégia que a Câmara pretende implementar com vista à apreciação e acompanhamento deste estudo por parte da Assembleia Municipal e questionou, ainda, sobre a articulação entre esta Câmara e o PE, a partir deste momento, ao que o Sr. Presidente informou que o facto de existir o Gabinete da Cidade, nada impede a atenção regular de Câmara e da Assembleia Municipal em termos de contactos com a equipa de trabalho.

Sobre o **EIXO ESTRUTURANTE**, informou que por parte do GITAP, Gabinete autor do projecto, se encontra já elaborado o estudo sobre a actualização da cartografia, o qual será apreciado brevemente pela Câmara.

Acerca do **PLANO DE URBANIZAÇÃO**, perspectiva-se que até ao fim de Outubro, o Gabinete entregue o Ante-Plano de Urbanização que será constituído pelos seguintes elementos: pré-planta de zonamento; quadro regulamentar preliminar e planta das intervenções municipais, uma vez que no quadro das intervenções sectoriais do PU estão ao momento a ser clarificadas questões no âmbito do Estudo e Proposta de Equipamentos para a Cidade (quadro síntese); Proposta de Hierarquização Viária; Planta dos Elementos Patrimoniais; Planta de Estrutura Verde; e Planta dos Traçados das Infraestruturas. No âmbito do alargamento da área do plano - agora designado por PU da Cidade de Aveiro e áreas envolventes - desenvolvem-se os seguintes trabalhos por forma a concluir até final de Outubro, o respectivo estudo prévio, com vista ao qual se vem procedendo à auscultação dos eleitos locais e se encontra em execução a actualização da respectiva cartografia: o estudo da rede viária e principais centralidades urbanas, o levantamento de situação e a identificação das principais necessidades, designadamente no que se refere a equipamentos. No que se refere a esta matéria estão a ser desenvolvidos inquéritos os quais sofreram um ligeiro atraso devido ao período de férias dos estabelecimentos de ensino e em relação à rede viária foram já efectuados

alguns contactos com a Câmara Municipal de Ílhavo, com vista à conexão das soluções a desenvolver. Entretanto ficou decidido que o assunto seja agendado para a próxima reunião, para o que deve ser solicitada a comparência da equipa autora, Gabinete Ventura da Cruz Planeamento, Lda., com vista à discussão destas questões.

Relativamente ao **PU DE S. JACINTO**, a Senhora Arquitecta informou que, para além do período de férias houve um abrandamento na execução deste plano, face à necessidade de articulação com o PE, aguardando-se que o TECNOPOR faça a apresentação da versão final do plano, a curto prazo. Ficou também decidido contactar este Gabinete, com vista à sua presença na próxima reunião, a fim de se fazer um ponto de situação circunstanciado do PU de S. JACINTO.

Quanto ao **PP DA ZONA A SUDESTE DE CACIA** informou que se encontram em fase de formalização os trabalhos já concluídos da 1ª fase a qual será trazida à aprovação da Câmara brevemente.

O **PP DA JUNQUEIRA/ATALAIA**, após a conclusão da 1ª. fase do plano, encontra-se em início a fase final do mesmo.

O **PP DA QUINTA DO CRUZEIRO** foi concluído o plano, o qual mereceu já uma aprovação de princípio por parte da Câmara, encontrando-se o respectivo regulamento em fase de análise e formalização adequada, com o apoio dos serviços jurídicos da CCR. Para o efeito encontra-se marcada uma reunião nesta Entidade, que se realizará na próxima 5ª feira e de cujo resultado será oportunamente dada nota ao Executivo.

No que se refere ao **PP DO CENTRO** foi concluída a 1ª. fase do mesmo, a qual será submetida à apreciação da Câmara Municipal, bem assim como a proposta de clarificação do programa definitivo do plano, em função dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo PU da Cidade e, designadamente, pelo PE.

Os **PP DA ALAMEDA FORÇA VOUGA E ÁREA ENVOLVENTE E O DA FRENTE SUL DO PARQUE**, os respectivos programas estão a ser discutidos com a equipa do PU da Cidade e em articulação com o autor do PP de EN 109. Prevê-se o prazo de dois meses para conclusão dos trabalhos das primeiras fases destes planos e discussão dos respectivos programas definitivos a fim de ser viabilizada a versão final de ambos os planos.

Sobre o **PP DA EN109** está concluída a 1ª fase, encontrando-se em elaboração o programa definitivo do mesmo, o qual vem sendo discutido com a equipa do PU da Cidade

com vista à articulação programática deste Plano com os PPs do Centro, da Alameda e Área Envolvente e da Frente Sul do Parque.

PP DAS GLICÍNIAS. Está concluída a memória descritiva e justificativa, a qual foi entregue a todos os Srs. Vereadores, encontrando-se em discussão o respectivo regulamento. Sobre este Plano o Vereador Sr. Eduardo Feio disse que existem alguns problemas formais que não estão devidamente clarificados, devido, nomeadamente à anulação do processo sem que posteriormente se tenha procedido à abertura de novo concurso, pelo que entende ter que haver uma deliberação formal quanto à elaboração deste instrumento urbanístico. Ficou também decidido que o assunto seja agendado para a próxima reunião.

Sobre o **PP DA ZONA INDUSTRIAL DE TABOEIRA**, após a conclusão da 1ª fase, foram feitas diligências junto dos serviços técnicos e jurídicos da CCRC e junto da DGOT, com vista a encontrar a melhor forma para a redacção final do regulamento, tendo em conta a especificidade da realidade industrial, designadamente no que se refere ao emparcelamento e fraccionamento de grandes parcelas. Mais foi informado que do diálogo havido se concluiu pela necessidade de subdividir o espaço em estudo em duas unidades operativas distintas, das quais o PP definido como da Zona Industrial de Taboeira, apenas deverá circunscrever a área destinada a uso industrial e respectivo equipamento de apoio, sendo a restante área abrangida por outro plano de pormenor. Foi entendimento de todos, que o assunto seja agendado para a próxima reunião.

E, finalmente, sobre o **PP PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO**, foi já aprovada a 1ª fase do Plano. Foi também aprovada a ampliação do mesmo à zona 1, ligação ao IP5, e à zona 2 (expansão Sul) estando ao momento em execução os respectivos levantamentos topográficos com vista à actualização da cartografia. Aguarda-se também contactos com o Gabinete Atelier de Arquitectura J.A.Lopes da Costa no sentido de se tentar reestudar os custos apresentados para a extensão do plano à zona ribeirinha, com vista à resolução do assunto numa próxima reunião.

Relativamente ao **METRO DE SUPERFÍCIE/ELÉCTRICO MODERNO** encontra-se concluída a 1ª fase do estudo de viabilidade técnico-financeira a qual foi aprovada pelo Executivo na reunião de ontem (16/Setembro/96).

TRÁNSITO - PLANO DE ORDENAMENTO DA CIRCULAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE AVEIRO: - Em seguimento da distribuição do diagnóstico relativo à 1ª fase do estudo em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade

aprovar aquele documento e dar indicações ao Gabinete TECNEP no sentido de dar continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos.

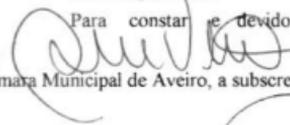
CÂMARA MUNICIPAL - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: - Com referência a este assunto cuja apreciação é morosa e dado o adiantado da hora, foi deliberado, por unanimidade, que o mesmo fique para apreciação na próxima reunião.

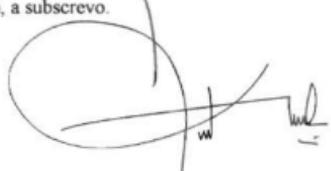
APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o nº 4, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 13,15 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,  Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subscrevo.



João Carlos Albuquerque Pereira






Câmara Municipal de Aveiro

EDITAL N° 121/96

**CELSO AUGUSTO BAPTISTA DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE AVEIRO**

----- Faz público que, nos termos do que dispõe o n° 2 do artigo 49° do Decreto-Lei n° 100/84, de 29 de Março, convoca uma reunião extraordinária para a próxima 3ª Feira, dia 17 do corrente, a realizar no Edifício-Sede desta Câmara Municipal, com início pelas 9,30 horas, para análise dos seguintes assuntos:

- 1 - Sistemas Multimunicipais
- 2 - Organigrama
- 3 - Planeamento Urbanístico - Desenvolvimento dos Planos
- 4 - Reordenamento do Trânsito - Estudo do Tecnep

----- Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.-----

AVEIRO E PAÇOS DO CONCELHO, EM 9 DE SETEMBRO DE 1996

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

CELSO AUGUSTO BAPTISTA DOS SANTOS